



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Barbosa, Carlos Alberto
Ética e linguagem a partir de alguns fragmentos de Theodor w. Adorno
EccoS Revista Científica, vol. 2, núm. 1, junio, 2000, pp. 45-54
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71520106>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ÉTICA E LINGUAGEM A PARTIR DE ALGUNS FRAGMENTOS DE THEODOR W. ADORNO

*Carlos Alberto Barbosa**

“Assaz, a noite, com sombras vermelhas. O exemplar da morte, dessa, é que é um átimo, tão ligeira, tão direitinha. As coisas que eu nem queria pensar, mas pensava mais, elas vinham”
(*Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 194*)

“E Zé Bebelo corrigiu, para eu ouvir, os projetos que tinha (...) Não queria saber do sertão, agora ia para a capital, grande cidade. Mover com comércio, estudar para advogado. – ‘Lá eu quero deduzir meus feitos em jornal, com retratos ... A gente descreve as passagens de nossas guerras, fama devida ...’ – ‘Da minha, não senhor!’ – eu fechei. Distrair gente com o meu nome ... Então ele desconversou” (*Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 566-567*)

RESUMO: Este artigo pretende discutir a questão da ética a partir de uma reflexão sobre a possibilidade de sua existência, como corpo teórico, poder ser abalada à medida em que os homens não mais encontram espaço para reflexão. Tal redução de espaço se dá, em um primeiro momento, pela razão instrumental e é ratificado pela linguagem. O referencial teórico para este artigo são alguns textos de Adorno, nos quais entendemos que a questão da linguagem também está colocada como um problema de dominação.

Introdução: justificativa do tema

Em Filosofia, a evocação do termo Ética determina um pensamento complexo e uma referência à complexidade. Esta dupla abordagem do complexo justifica-se também de forma dobrada. Primeiramente porque o filosofar se dá sempre ao tomar o que é complexo como objeto, mesmo quando ele se apresenta de forma ingenua-

PALAVRAS-CHAVE: Adorno, ética, linguagem, razão

*Mestre em Filosofia pela PUC-SP, bacharel em Comunicação Social pela Faap, professor na Universidade Anhembi Morumbi.

o diverso toma lugar em nós. Este diverso em nós é então o que forja o segundo desdobramento, pois não há como fazer qualquer referência ao pensar e à propalada busca do conhecimento, sem o reconhecimento de uma ação das estruturas do nosso pensamento, visando o uno e o múltiplo, o imediato e o concreto, o singular e o plural. Desta forma, tornamos possível a referência à complexidade, já que esta é a única forma de tentarmos abraçar o objeto. Se o pensamento revela-se complexo na filosofia, ao colocar-se como objeto o próprio pensamento, e ao debruçar-se sobre temas próprios do pensar, perceber e julgar, a complexidade já está duplamente colocada.

No caso da Ética temos ainda uma agravante. Além das estruturas acima levantadas, não há como pensá-la sem que venhamos a assumir a existência do *outro*. Aliás, tal existência é a própria condição da Filosofia e da Ética. Sem que a *diferença* seja problematizada e, portanto, a multiplicidade, a universalidade e o concreto tornem-se complexidades, a partir das quais seus opostos sejam indagados, os fundamentos dessa metafísica que se chama moral não podem ser revelados. Não há como discutir ou pensar as questões próprias da moral fora da relação entre indivíduos, o que implica a relação entre diferentes. Só há Ética enquanto disciplina da filosofia porque há desacordo quanto aos seus fundamentos e aos valores que decorrem de tais fundamentos. Assim, uma moral universal seria tão pouco moral quanto qualquer atrocidade. Uma ética não seria mais uma ética, mas sim um acordo tácito de dominação.

Pretendemos, aqui, tratar de como esse acordo e essa dominação são reveladas, no plano da linguagem, e de como a relação do *outro* e da *diferença* estão constantemente por ela ameaçados. Aniquilar as diferenças, o outro e a identidade seria inviabilizar a possibilidade da moral.

O problema da ética e da linguagem

Razão e moralidade formam um par que há muito anda junto. A busca pelos fundamentos da última pela primeira é tão antiga quanto a própria filosofia. Entretanto, o que Jankélévitch procura nos mostrar é como essa relação se estabelece em mão dupla, ou ainda mais radicalmente, no sentido inverso. A razão, para o autor, é que se submete à moral:

(...) a moral, por sua vez, faz a razão especulativa comparecer perante seu tribunal,

como se a razão e a lógica pudessem depender de uma tal jurisdição, como se elas tivessem contas a lhe prestar (...) Tudo o que é humano põe então cedo ou tarde, por um lado ou por outro, sob uma forma ou outra, um problema moral. Pois a moral é em toda parte competente mesmo (...) e sobretudo nos assuntos que não lhe dizem respeito; e, quando ela não tem a primeira palavra, é porque terá a última (JANKÉLEVITCH, 1991: 10).

Ou seja, a ordem racional que determina nossas ações também é submetida a uma ordem moral. Nunca deixamos de ser morais, nunca abandonamos os valores, mesmo que seja para pensá-los. Dessa forma, como garantir a primazia de uma reflexão sobre a moral se ela já está, desde o princípio, imersa na própria moral? E mais, se a razão já se antecipou e submeteu nossa emancipação, conforme escreveram Adorno e Horkheimer (1985), o que nos garante uma moral de fundamentos livres, e mais ainda, livres de seus próprios juízos?

Quanto mais eu a nego – escreve Jankélévitch – mais apaixonadamente ela se exalta. Mas, em outro aspecto, a avaliação moral é, como a temporalidade, uma espécie de categoria da linguagem: a axiologia adere tão estreitamente ao *logos*, que não podemos dissociá-la dele, antes de visar o impalpável de seu foro íntimo, descobramo-lo primeiro no discurso. Impossível caracterizar o tempo senão com palavras temporais: a definição, nestes assuntos, pressupõe inevitavelmente o definido. (JANKÉLEVITCH, 1991: 18)

Assim como no falar do tempo, é essa inevitabilidade do definido para se falar da moral e da ética que parece ser o problema central ao ligarmos a questão da linguagem com esse campo da filosofia. Se a axiologia pressupõe em seu discurso a palavra carregada de valor, como ter garantida a objetividade de uma reflexão dos valores? Por outro lado, como não proceder à crítica ou à fundamentação de uma axiologia sem a palavra? Essa é a ponta de um outro paradoxo sugerido ainda por Jankélévitch:

Mas a própria ação não teria nenhum sentido ético se nós não pudéssemos dar um nome aos valores que permanecem subentendidos na avaliação e que justificam tacitamente a normatividade axiológica do 'valor'. Em todo o caso, essa carga impalpável e invisível de valorização insinua-se nas palavras, às vezes precipita-se nelas; todo nosso rigor objetivo não é suficiente para conter um tal transbordamento (...) mas é a linguagem em geral que revela sempre em algum grau uma tomada de posição, uma infinitesimal tomada de partido, uma imparcialidade imperceptível. (JANKÉLEVITCH, 1991: 20)

¹Conforme prefácio de *Tractatus Logico-Philosophicus*. (ver bibliografia)

O que pretendemos nas próximas páginas é mostrar como essa relação entre linguagem e moral vem sendo continuamente ameaçada. A perda de referências para se pensar os valores é também a perda do valor do significado da palavra, ou antes ainda, a perda deste último implica o aniquilamento daquele. Entendemos que tal relação já está estabelecida nos textos de Adorno, portanto, a fim de seguir nosso projeto, percorreremos o seguinte caminho: primeiramente levantaremos de modo breve a crítica adorniana à Razão Instrumental como forma de dominação. Isso será feito a partir de alguns fragmentos de Adorno (alguns dos quais em parceria com Horkheimer), nos quais o autor denuncia como a questão da diversidade, da identidade e do outro são massacrados pela Razão Instrumental, sob o nome de ciência (positivista). Na seqüência verificaremos, ainda com Adorno, como tal dominação se dá em uma das formas menos evidentes do esclarecimento: a linguagem. Por fim, procuraremos analisar o fato de essa dominação pela linguagem estabelecer conseqüências para a identidade do homem, da mesma forma como o fez a Razão Instrumental. O homem então se vê alienado daquilo que ele nomeia. Ao alienar-se pelo nome, a palavra que lhe resta é a barbárie. O único valor que lhe resta, no limite, é o da falta de autonomia.

Se é verdade que a Liberdade é um problema da Ética, e que os problemas filosóficos repousam sobre os problemas de linguagem, como pretendeu Wittgenstein¹, então será nessa dobra entre linguagem e liberdade que iremos buscar o desenvolvimento de nosso tema.

Conhecimento esclarecedor, conhecimento dominador

Não há dúvidas para Adorno e Horkheimer, assim como não havia para Kant, de que o esclarecimento é o caminho para a liberdade do homem. Sua autodeterminação, como exercício de sua liberdade, reside quase toda aí. A questão, porém, é que tal esclarecimento, meta do projeto iluminista e mais tarde do positivismo, acaba por montar uma armadilha que captura a quem pretendia libertar.

A aporia com que defrontamos em nosso trabalho revela-se assim como o primeiro objeto [*Gegenstand*] a investigar: a autodestruição do esclarecimento. Não alimentamos dúvida nenhuma – e nisso reside nossa *petitio principii* – de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto

como as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 13)

O mundo à volta do homem, antes do esclarecimento, é um mundo obscuro, que empresta a cada fenômeno inexplicado um poder maior que o do próprio ser humano. Os fenômenos naturais são de uma ordem infinitamente maior que a nossa capacidade de dominá-los. Não os dominar, nestas circunstâncias, significa submeter-se a eles. O exercício de tentar reverter esta condição inicia-se, lembram Adorno e Horkheimer, com as cerimônias primitivas que estabelecem mitos para entender a origem do desconhecido, e poderes mágicos que atuam sobre eles. A principal arma desse exercício de liberdade ante as ameaças da natureza é a *mimesis*. O feiticeiro assemelha-se àquilo que é por ele temido, de forma a não contrapor-se ao poder do mais forte, mas sim de propor-lhe uma trégua baseada na sua submissão ao fenômeno. Assim, ele veste máscaras que contêm indicativos de semelhança com aquilo que o ameaça e o domina. Máscaras que transformam sua humanidade em outro que não ele próprio. O homem não se opõe à natureza, mas se une a ela pagando por isso o preço de ver sua identidade submetida aos poderes que ele pretendia dominar.

É essa perda de identidade que o projeto iluminista pretende reverter. O homem não deve mais associar-se por semelhança ao objeto e assim aniquilar-se, mas sim perceber e radicalizar sua diferença do objeto, da natureza. Somente procedendo dessa forma poderá, de fato, garantir sua liberdade diante do mundo que o cerca. O conhecimento, o domínio racional do mundo é sua única garantia. A recuperação de sua identidade seria a hegemonia da razão sobre a crença, fazendo assim com que o pensamento racional se transforme em pensamento dominador.

No capítulo intitulado *O conceito de esclarecimento*, na obra *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer escrevem que “*O mito converte-se em [gehen über] esclarecimento, e a natureza em mera objetividade*” (1985: 24) A natureza, nessa condição de mera objetividade, poderá então ser domesticada. Todavia, a “mera objetividade” não é tão comum assim. Não o é em um duplo sentido: tanto pela aproximação e domínio pretendidos (que agora se realizavam) quanto pelo preço que o homem deve pagar por esse domínio – o seu oposto. Este oposto é garantido pela alienação do mundo que o homem pretende dominar. Se, num primeiro momento, o mundo desconhecido nos ameaça, e, em um segundo momento,

²Sobre isto ver excelente artigo de Jeanne-Marie Gagnebin, Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin, texto publicado em obra da autora relacionada na bibliografia deste trabalho.

ao mundo. Nossa liberdade de experimentar, de temer e transformar já não é mais exercida. A ação do pensamento que toma a diferença e a torna internalizada, para então pensá-la e conhecê-la, agora a expulsa como única garantia de objetividade do pensamento. O problema é que, ao expulsarmos a diferença, conforme salientamos no início deste texto, é nossa identidade que fica ameaçada. A busca do conhecimento objetivo acaba nos conduzindo a um mundo vazio de humanidade, um mundo povoado por objetos que podem ser de tal forma objetivamente mensurados e conhecidos, que passam a valer por si mesmos. O *ser para mim* das coisas é o que afirmo como *ser em si* dessas mesmas coisas. As coisas, assim, existem por si mesmas. O mundo não mais nos pertence, uma vez que conhecer o mundo objetivamente é alienar-se dele. Isso também significa alienar-se da diferença e de nossa própria identidade². Se é próprio da Razão e da ciência positivista buscar-se a aniquilação dos temores do homem quanto ao desconhecido e promover-se o conhecimento do mundo à sua volta, tal projeto tem por base a separação entre o homem e o próprio mundo que pretende dominar. Essa separação garantiria o entendimento do não humano nas coisas, um mundo objetivo, sem surpresas e sem temores. Como consequência desse procedimento, não só os temores são banidos do mundo, mas também o próprio homem é banido do mundo que antes temia. O mundo se distancia na mesma proporção em que o homem vai se tornando liberto da escuridão do desconhecido. Aquele mundo temido passa a ser um mundo inabitado, o mundo das coisas, do objeto sem sujeito. “*O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder*”, escrevem Adorno e Horkheimer (1985: 24).

Linguagem e dominação

Se acima citamos o germe de uma regressão que se espalha por toda a parte, é desse germe e de uma das partes por onde ele se alastrou que pretendemos tratar agora, pois esse germe infiltrou-se, segundo os próprios autores, na linguagem como ato de nomear as coisas. O propósito de dar nome é o domínio sobre a natureza e o meio em que o homem vive, designando o que as coisas são, chamando-as pelo nome, atribuindo um signo que possa estabelecer paridade entre elas e nossa percepção, entre as coisas e o que pensamos delas. O ato de nomear é, assim, uma forma de tentar conter as coisas à nossa volta e dominá-las. “*O esclarecimento nominalista* – escre-

vem Adorno e Horkheimer – *detém-se diante do homem, o conceito sem extensão, punctual, o nome próprio*” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 36). O nome próprio como elemento suficiente para esclarecer o que são as coisas, o nome de algo a ser designado pela palavra tornada própria da coisa, para que então aquilo que a palavra pretende representar não precise mais estar presente. A partir daí, estamos a um passo da troca da coisa por sua representação, ou seja, o *fetichismo* da palavra. Assim, o mundo da palavra é o mundo da certeza, o mundo da palavra que se pretende salvadora ante o desconhecido, como veio a escrever Adorno, em *Stichworte*³, referindo-se ao conceito de *progresso*: “(...) *que não há como dizer de modo preciso o que elas [as pessoas] devem entender por progresso, uma vez que o aflito da situação consiste em que cada indivíduo o experimenta enquanto falta a palavra salvadora*” (ADORNO, 1995: 38).

Será que o ato de nomear garante alguma salvação? Primeiramente, cabe-nos uma pequena referência à própria noção de salvação. Esta nos remete à esperança de livrarmos-nos dos sofrimentos e das penitências. Mas de quais sofrimentos e penitências pretenderia o progresso nos salvar? Ou seria o próprio progresso o portador de tais agruras? Aparentemente, e pela própria referência de Adorno a Benjamin, trata-se da última opção. Ao citar a 13^a. das *Teses sobre o conceito de história*, no mesmo *Stichworte*, o autor entende que a crítica benjaminiana se aplica sobretudo àqueles que se assemelham aos social-democratas alemães, “(...) *por terem confundido o progresso de habilidades e conhecimentos com o da humanidade*” (ADORNO, 1995: 39) Não pretendemos aqui discutir o conceito de progresso, mas sim o aspecto da salvação que a linguagem e a palavra apontam.

A crítica adorniana ao esclarecimento já é conhecida. A Razão, como grande instrumento do homem para dominar seus medos e o mundo a sua volta, acaba por ser seu próprio algoz. O que verificamos agora, juntamente com Adorno, é que esse mesmo mecanismo está impregnado na linguagem. Nossa linguagem prosaica não é mais a linguagem que se propõe a desvelar e a se aproximar das coisas, mas sim uma linguagem contaminada pela quarentena que impomos ao mundo e ao sujeito atuante nesse mundo. As palavras não mais se identificam com a procura de um sentido para o que ela pretende nomear, instigando o pensamento a apaziguar nossas dúvidas, a buscar o entendimento e o conhecimento, mas revelam o que já é conhecido e está pronto para ser comunicado. Se as palavras já não são mais o veículo que transporta a dúvida, só lhes resta ser o sinal da passividade

³Utilizamos o título em alemão desta obra de Adorno, considerando a particularidade do termo sem tradução para o português. O título em português, conforme consta na bibliografia, é *Palavras e sinais, modelos críticos 2*. No entanto, *Stichworte* estabelece uma relação não só com o sentido de palavras-chave, mas também com a idéia de provocação, a partir do sentido de *stechen* em alemão que pode significar ferir com algo pontudo, conforme prefácio de Adorno e comentários

É nesse ponto que os autores identificam que a ciência penetra na linguagem com a disposição de provocar a separação do sujeito com o objeto, e do sujeito consigo mesmo. “*Enquanto signo a linguagem [da ciência] deve resignar-se ao cálculo; para conhecer a natureza, deve renunciar à pretensão de ser semelhante a ela*”. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 31)

A palavra salvadora, que pretende representar aquilo que já é conhecido e, portanto, não deve mais ser temido, traz com sua luz uma ofuscante cegueira. O intenso brilho do sentido certo e definitivo das coisas determina ao homem que ele não mais precisa olhar para o mundo, basta o que lhe chega de segunda mão por intermédio das representações. A nossa sociedade cada vez mais se esmera por garantir essa entrega, por garantir que as representações já carregadas de significados explícitos não nos falem. A linguagem, que poderia ser um instrumento de revelação, torna-se agora uma afirmação do desconhecido com aparência de velho conhecido. Pensamos saber do que se trata ao usarmos termos correntes, ao jogarmos com as mesmas palavras que os dominadores e os dominados: “*Palavras, números, datas, uma vez concebidos e externados, adquirem autonomia e trazem desgraça para todos que se aproximam deles. Eles formam uma zona de contágio paranóico e é necessária toda razão para quebrar seu encanto*”. (ADORNO, 1992: 121)

Assim, também a linguagem prosaica, já denunciava Marcuse, é a reafirmação da linguagem da dominação. A única alternativa possível seria o uso poético da linguagem, pois ele rompe o círculo do esperado e o subverte, propondo um novo uso do sempre igual⁴.

Aos poucos, portanto, a fé na palavra vai reafirmando um distanciamento do mundo criado por nós, assim como a ciência já o vinha fazendo. Gradativamente não mais reconhecemos o que nomeamos como sendo rico em um sentido que não é próprio do nome, mas de nossa forma de entender e conhecer. A própria forma de conhecimento é reduzida ao ato de nomear. O conhecimento é nominalista, conforme citamos. Se em sua análise da relação entre sujeito e objeto mediados pela razão, o resultado é a nulidade (cf. ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 38-39), a palavra e o objeto também têm como resultado de sua paridade a nulidade. Esta não é somente a tradução de uma nulidade do significado, mas também a nulidade de nossa humanidade expulsa do ato de dar significado às coisas. A palavra usada pela civilização detém o significado, não o homem: “*O eu integralmente capturado pela civilização se reduz a um elemento dessa inumanidade, à qual a civilização desde*

⁴MARCUSE, Herbert. A arte na sociedade unidimensional, in: COSTA LIMA, Luiz (org.) *Teoria da cultura de massa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

o início procurou escapar. Concretiza-se assim o mais antigo medo, o medo da perda do próprio nome". (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 42)

Conclusão

Retomamos, agora, os apontamentos do início deste texto, a fim de verificarmos a relação entre linguagem e ética. Conforme vimos, a possibilidade de uma reflexão sobre a moral pressupõe, necessariamente, o choque com a *diferença* e com o *outro*. É assim desde Platão, para quem não haveria a necessidade de uma Teoria das Formas que estabelecesse o plano ideal da Verdade como fundamento da Justiça, não fosse o desacordo sobre o que é Justiça. Kant escreve sua *Fundamentação da metafísica dos costumes*, em grande medida, por conta dos desacordos e incertezas sobre o que ele chamou de "(...) *ações e condições do querer humano em geral*". (KANT, 1974: 199)

O que pretendemos é mostrar como a linguagem, ao reforçar um distanciamento do homem em relação ao mundo, não nos possibilita que possamos ver tais formas de desacordos que deveriam nos instigar à reflexão e à transformação do mundo. A linguagem e as palavras deveriam também nos motivar a um constante pensar sobre os valores morais que, longe de serem definitivos, exigem um constante exercício do pensar antes de julgar e agir. Pensar sobre os fundamentos da moral significa, primeiramente, admitir sua carência, sua não existência. Admitir, portanto, que falta a palavra salvadora. *Fazer o feito* e instigar os homens a refletir e transformar, é melhor que distrair os homens com os nomes.

De um modo geral – *escreve Adorno* – as palavras começam a parecer aquelas fórmulas habitualmente reservadas para a saudação ou para a despedida (...) Mas esse *determinismo lingüístico* por adaptação é o fim da linguagem: a relação entre a coisa e sua expressão está cortada, e assim como os conceitos dos positivistas devem ser apenas fichas de jogo, do mesmo modo os conceitos da humanidade positivista transformaram-se literalmente em moda. (ADORNO, 1992: 120)

Como nos livrarmos desse determinismo? Como encontrarmos a palavra salvadora? A resposta de Adorno não soa como alívio, mas como uma experiência infundável.

A resistência que o pensar filosófico poderia opor à ruína da razão consistiria em – sem nenhuma consideração pela autoridade constituída, sobretudo das ciências

Verdadeiro seria este quando, liberado da maldição do trabalho, descansasse por fim em seu objeto. (ADORNO, 1995: 24)

A permanência de uma condicional nessa citação nos dá a medida do que ainda não foi alcançado. Dimensiona a impotência de nos libertarmos da linguagem na linguagem, da razão na razão. Dá-nos, portanto, a medida do confronto entre liberdade e linguagem. Enquanto tal confronto for resolvido pela *mimesis* da submissão ou pela separação e não pelo reconhecimento do próprio ato de nomear, não haverá espaço para refletirmos sobre valores. Não haverá espaço para a Ética.

KEY WORDS: Adorno, ethics, language, reason

ABSTRACT: This article discusses how the possibilities for ethics in theoretical work may be threatened as man no longer have space to reflect. The reduction of reflexive possibilities occurs first in instrumental reason and is followed in language. The article draws from Adorno's work in which questions of language are conceptualized in relation to domination.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, T.W. *Mínima Morália*, São Paulo: Ática, 1992.
- ADORNO, T.W. *Palavra e sinais, modelos críticos 2*, São Paulo: Vozes, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza, in: *Obras escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. *Mimese e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno*, São Paulo: Loyola, 1993.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*, Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- JANKÉLEVITCH, Vladimir. *O paradoxo da moral*, Campinas: Papyrus, 1991.
- JAY, Martin. *As idéias de Adorno*, São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*, São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, v.XXV)
- ORTEGA Y GASSET, José. *Que é filosofia?*, Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1971.
- PLATÃO. *A República*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*, Petrópolis: Vozes, 1996.